À DIRETORIA GERAL

VAGNER LEANDRO DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais, determina a abertura de processo administrativo destinado a contratação de serviço de engenharia para ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO, CROQUI E MEMORIAL DESCRITIVO DE DIVERSAS MELHORIAS, para atender às necessidades do Legislativo, englobando, também, acompanhamento da obra e elaboração de documento técnico competente para recebimento dos serviços ao final.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que o prédio sede do Legislativo é centenário e vem no tempo passando por uma enormidade de adaptações e melhorias, há, ainda, muitos pequenos reparos a serem feitos e também outras adaptações para melhorias nos serviços, tanto para atender o público quanto os Funcionários e Vereadores. No total tais melhorias e consertos podem e devem ultrapassar os limites da contratação direta, daí a necessidade de um trabalho mais meticuloso.

Atenda-se ao que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, providenciando-se a Manifestação do Setor de Contabilidade, verificação da existência de recursos próprios para contratação de despesa e Parecer Jurídico, sobre sua viabilidade.

Tremembé, 23 de abril de 2019.

VAGNER LEANDRO DE LIMA
Presidente

J. A. CAMARGO – Consultoria de Obras e Infraestrutura Urbana

JOSÉ ANTONIO DE CAMARGO – Eng. Civil – CREA 0600745097

Relatórios – Gerenciamento de Obras – Avaliações – Pareceres – Convênios – Pericia Técnica

Av. Francisco B. Leme, 1060 – Jardim dos Estados – Taubaté – Fone 99704-0140 – e-mail: josecamargo1942@gmail.com

Taubaté, 22 de abril de 2019.

À

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé

A/C

Senhor Vereador Vagner Leandro Lima

DD. Presidente da Câmara Municipal de Tremembé

Senhor,

Conforme solicitado estamos apresentando nossa proposta de prestação de serviços técnicos, tais como:

1- Preparação de Documentos Técnicos para subsidiar Processo Licitatório, Modalidade Carta Convite destinada à contratação de empresa de serviços de construção civil, destinada a promover diversos trabalhos de manutenção geral do centenário prédio da Câmara, como serviços de marcenaria em caixilhos de madeira; serviços de hidráulica hidrossanitaria nos aparelhos e redes; serviços elétricos com substituição das tomadas e interruptores antigos pelos recomendados pela NBR 14136; serviços de serralheria em ferro e alumínio; serviços de construção civil no passeio perimetral do prédio e revestimentos em paredes internas; melhorias na captação e escoamento de águas pluviais no pavimento superior; rearranjo no quadro geral de distribuição de energia elétrica; serviços de adaptação de dois WCs para colocação de um chuveiro.

2- Os serviços técnico-burocráticos, como elaboração de Planilhas de Quantidades e Preços – Memoriais Descritivos – Especificações de Materiais – Cronograma Físico-Financeiro – Planta Baixa com indicação dos locais e serviços que neles serão realizados e demais documentos necessários a atender as exigências da Lei Federal 8666/93 serão executados em nosso escritório localizado à Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 751 em Taubaté.

3- Participar como consultor técnico na avaliação das propostas dos licitantes por ocasião do procedimento do processo licitatório.

J. A. CAMARGO – Consultoria de Obras e Infraestrutura Urbana

JOSÉ ANTONIO DE CAMARGO – Eng. Civil – CREA 0600745097

Relatórios – Gerenciamento de Obras – Avaliações – Pareceres – Convênios – Pericia Técnica

Av. Francisco B. Leme, 1060 – Jardim dos Estados – Taubaté – Fone 99704-0140 – e-mail: josecamargo1942@gmail.com

4- Os serviços de fiscalização e acompanhamento, obviamente, serão prestados no prédio, em tempo integral, durante todo o tempo em que a empresa contratada estiver executando os serviços.

5- A apresentação da documentação será entregue em uma via impressa e encadernada e por visa eletrônica gravada em CD ROM juntamente com a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica exigido pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura devidamente recolhida na rede bancaria.

O valor dos honorários para a prestação dos serviços é de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) que deverão ser pagos através de RPAs – Recibo de Pagamento a Autônomo, sendo R$ 6.500,00 no cumprimento do **item 5**, R$ 6.500,00 trinta dias após o inicio dos serviços da empresa contratada e os restantes R$ 6.500,00 quando for emitido o Termo de Recebimento dos Serviços executados pela empresa contratada.

Nada mais havendo, reafirmamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

José Antonio de Camargo
Eng. Civil

Tremembé, 11 de abril de 2019

Para:

Câmara Municipal de Tremembé

A/C

Senhor Vagner Leandro Lima
DD Presidente da Câmara

Sr Presidente,

Atendendo à solicitação desta casa encaminho minha proposta para prestação de serviços técnicos abaixo:

Levantamento dos serviços a serem realizados na Câmara, nas seguintes: Civil, Hidráulica e Elétrica e demais serviços para manutenção e restauração do mesmo.

Será realizado uma vistoria nos ambientes a serem reformados, e feito detalhamento, apresentando soluções para cada descontinuidade presente e também será realizado.

Memoriais Descritivos detalhado dos serviços a serem realizados, especificando os materiais a serem utilizados e quantificação de todos os materiais e marcas e modelos na aplicação nas reformas e restaurações da Câmara.

Orçamentos serão feitos e no papel a ser entregue na câmara, contendo todos os valores dos materiais detalhados, imposto, lucro e reserva caso houver alterações de preços de materiais durante a licitação

Eng. Thiago Rodrigues dos Santos
Crea 5057335463
Email: Eng.thiago@outlook.com
Tel:(12)99705-6800

O valor dos honorários para a prestação dos serviços é de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), pagos através de RPAs – Recibo de pagamento Autônomo.

Eng. Thiago Rodrigues dos Santos
Crea 5057335463
RG: 43.331.239-7
Cpf: 353.568.078-64

Eng. Thiago Rodrigues dos Santos
Crea 5057335463
Email: Eng.thiago@outlook.com
Tel:(12)99705-6800

Christie Gimerson Rossi

Engenheiro Civil – CREA/SP 5062045354/D

Endereço: Cel. Antonio Monteiro Patto, 60 - Tremembé SP

Celular / WhatsApp (12) 99.115-4091- e-mail: christiegrossi@hotmail.com

---

Tremembé, 07 de março de 2019.

À

Câmara Municipal de Tremembé

A/C
Senhor Vereador Vagner Leandro de Lima
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé

Senhor Presidente:

Em atenção à solicitação desta Casa estou apresentando proposta para prestação de serviços técnicos de engenheiro civil para preparação de documentação técnica para suporte da licitação que esta Edilidade vai promover para contratação de serviços de engenharia para **manutenção, conservação, adaptações e substituições** no prédio, bem como fiscalização, realizar medições e acompanhamento do andamento e qualidade das obras e serviços contratados.

Também faz parte de nossa responsabilidade acompanhar a abertura das propostas das empresas participantes da licitação para verificar se as mesmas se propõem a executar os serviços conforme especificados.

A previsão inicial é que os serviços técnicos e a realização dos serviços e obras perdurem entre 90 e 120 dias, dado ao levantamento minucioso requerido para que todos os itens de elétrica, hidráulica, marcenaria, serralheria e outros sejam levantados e quantificados.

Nosso preço para os serviços é de **R$ 23.500,00** (vinte e três mil e quinhentos reais), pagos através de Recibo de Pagamento a Autônomo, sendo 30% na entrega do material técnico (Memoriais, Planilhas, Cronograma, Especificações); 30% após trinta dias de iniciadas as obras e serviços pela empresa contratada e os restantes 40% na conclusão com a emissão do Termo de Conclusão dos serviços e obras pela empresa contratada.

Sendo só para o momento,

Christie Gimerson Rossi – Eng. Civil

Sandra Nunis
Engenharia

Taubaté, 27 de fevereiro de 2019

Para
Câmara Municipal de Tremembé

A/C
Senhor Vagner Leandro Lima
DD. Presidente da Câmara

Senhor Presidente,

Atendendo a solicitação desta Casa encaminhamos nossa proposta para prestação dos serviços técnicos abaixo:

Levantamento dos serviços necessários para atender a "Relação de coisas a fazer na Câmara" fornecida por Vossa Senhoria, onde aparecem vários tipos de intervenção na parte ***Civil, Elétrica, Hidráulica, Marcenaria, Decoração, Vidraçaria, Pintura*** e demais serviços para manutenção, adaptação e conservação do prédio.

Inicialmente será necessário vistoriar, detalhadamente, cada repartição do prédio para levantar a situação atual e propor solução que melhor possa atender as necessidades e as normas técnicas.

Posteriormente, confeccionar os Memoriais Descritivos detalhando os serviços que deverão ser executados, Especificar os tipos de Materiais que devem ser utilizados nos serviços novos e nas substituições dos atuais, a Planilha de Quantitativos e Preços, Cronograma Fisico-Financeiro e Projeto Básico indicando os serviços em cada repartição do prédio como Administração, Cozinha, Plenário, WCs, etc.

A documentação preparada servirá de suporte legal para que a Câmara possa levar a efeito processo licitatório para contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços elencados. Também faz parte do escopo do nosso serviço acompanhar a abertura das propostas das empresas licitantes para conferir se realmente elas se propõem a realizar na, integralidade, os serviços necessários e previstos que serão contratados.

Sandra Nunis Ferreira -Engenheira Civil.
Rua: Victor Barbosa Guisard, 89 – Centro – Taubaté/SP
Sandra.nunisferreira@gmail.com (12) 98255-0020

Sandra Nunis
Engenharia

A documentação gerada será fornecida uma copia impressa de cada documento e também em meio eletrônico para facilitar a montagem do processo licitatório.

Após a contratação da empresa vencedora faremos o acompanhamento dos serviços, diariamente, no sentido de orientar a execução e acompanhar a qualidade dos mesmos.

Por ocasião dos pagamentos à contratada faremos a conferencia dos serviços cobrados para comprovar sua exatidão.

O valor da presente proposta é de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) divididos em 04 (quatro) parcelas de igual valor que deverão ser pagas através de Recibo de Pagamento, sendo a primeira na assinatura do contrato e as demais a cada 30 (trinta) dias.

Sendo só para o momento, apresentamos nos protestos de consideração, e respeito,

Atenciosamente,

ENGª SANDRA NUNIS FERREIRA
CREA 5062901130
RG: 29.961.608-3
CPF: 122.016.988-99

Sandra Nunis Ferreira -Engenheira Civil.
Rua: Victor Barbosa Guisard, 89 – Centro – Taubaté/SP
Sandra.nunisferreira@gmail.com (12) 98255-0020

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Tremembé, 24 de abril de 2019.

Senhor Presidente.

Declaramos que para a realização da dispensa de licitação, processo 24/2019, contratação de serviço de engenharia para elaboração de projeto técnico, croqui e memorial descritivo de diversas melhorias que serão realizadas no prédio deste legislativo, dispomos de um limite reservado de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), na devida dotação orçamentária:

02 – PODER LEGISLATIVO
02.01 – Gabinete da Presidência
02.01.01 – Gabinete da Presidência
01.031.0086.2083 – Manutenção das Atividades do Gabinete da Presidência
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.90.36.06 – Serviços Técnicos Profissionais

Por ser verdade firmo a presente.

João Bosco Monteiro
Enc. Setor de Contabilidade

Período: Abril - 01/04/2019 a 30/04/2019

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

FICHA	DESCRIÇÃO	FIXAÇÃO		EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO		SALDO	A PAGAR	
		INICIAL	ALTERAÇÕES	PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO		LIQUIDADO	NÃO LIQUID.
	02 - PODER LEGISLATIVO	**5.040.000,00**		**284.224,18**	**1.296.527,36**	**240.683,18**	**1.218.904,17**	**239.408,53**	**1.217.300,52**	**3.743.472,64**	**1.603,65**	**77.623,19**
	02.01 - Gabinete da Presidência	**971.250,00**		**63.222,97**	**267.731,60**	**46.397,97**	**222.522,93**	**46.397,97**	**222.522,93**	**703.518,40**		**45.208,67**
	02.01.01 - Gabinete da Presidência	**971.250,00**		**63.222,97**	**267.731,60**	**46.397,97**	**222.522,93**	**46.397,97**	**222.522,93**	**703.518,40**		**45.208,67**
	01.031.0086.2083 - Manutenção das atividades do Gabinete do Preside	**971.250,00**		**63.222,97**	**267.731,60**	**46.397,97**	**222.522,93**	**46.397,97**	**222.522,93**	**703.518,40**		**45.208,67**
	01 - Tesouro	971.250,00		63.222,97	267.731,60	46.397,97	222.522,93	46.397,97	222.522,93	703.518,40		45.208,67
1	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	641.250,00		46.397,97	185.591,88	46.397,97	185.591,88	46.397,97	185.591,88	455.658,12		
2	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	150.000,00			29.230,69		29.230,69		29.230,69	120.769,31		
3	3.3.90.14.00 - Diárias - Pessoal Civil	5.000,00								5.000,00		
4	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	30.000,00			14.868,57		1.650,28		1.650,28	15.131,43		13.218,29
5	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	15.000,00			52,17		52,17		52,17	14.947,83		
6	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00								20.000,00		
7	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	100.000,00	-20.000,00	7.825,00	28.988,29		5.997,91		5.997,91	51.011,71		22.990,38
38	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ		20.000,00	9.000,00	9.000,00					11.000,00		9.000,00
8	3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00								5.000,00		
9	4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00								5.000,00		
	02.02 - Diretoria Geral	**2.720.550,00**		**149.271,92**	**661.379,92**	**122.555,92**	**628.965,40**	**121.281,27**	**627.361,75**	**2.059.170,08**	**1.603,65**	**32.414,52**
	02.02.01 - Diretoria Geral	**2.720.550,00**		**149.271,92**	**661.379,92**	**122.555,92**	**628.965,40**	**121.281,27**	**627.361,75**	**2.059.170,08**	**1.603,65**	**32.414,52**
	01.122.0087.2084 - Manutenção das atividades da Diretoria Geral	**2.720.550,00**		**149.271,92**	**661.379,92**	**122.555,92**	**628.965,40**	**121.281,27**	**627.361,75**	**2.059.170,08**	**1.603,65**	**32.414,52**
	01 - Tesouro	2.720.550,00		149.271,92	661.379,92	122.555,92	628.965,40	121.281,27	627.361,75	2.059.170,08	1.603,65	32.414,52
10	3.1.90.05.00 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	3.000,00		59,88	209,58	59,88	209,58	59,88	209,58	2.790,42		
11	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	1.400.000,00		118.762,26	487.935,68	118.762,26	487.935,68	118.762,26	487.935,68	912.064,32		
12	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	105.000,00			28.138,86		28.138,86		28.138,86	76.861,14		
13	3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário	425.000,00			74.297,20		74.297,20		74.297,20	350.702,80		
14	3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato	15.000,00								15.000,00		
15	3.2.90.22.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	5.000,00								5.000,00		
16	3.3.90.14.00 - Diárias - Pessoal Civil	2.000,00			239,52		239,52		239,52	1.760,48		
17	3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudante	20.000,00		720,90	1.243,14	720,90	1.243,14	720,90	1.243,14	18.756,86		
18	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	61.550,00		1.071,85	8.926,14	1.071,85	8.926,14	1.071,85	8.926,14	52.623,86		
19	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	2.000,00			39,20		39,20		39,20	1.960,80		
37	3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria		10.000,00							10.000,00		
20	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	80.000,00			6.047,00		6.047,00		6.047,00	73.953,00		
21	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	200.000,00	-120.000,00	657,03	13.580,74	1.842,03	11.963,22	567,38	10.359,57	66.419,26	1.603,65	1.617,52
36	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ		110.000,00	28.000,00	40.273,76	99,00	9.476,76	99,00	9.476,76	69.726,24		30.797,00
22	3.3.90.49.00 - Auxílio Transporte	15.000,00			449,10		449,10		449,10	14.550,90		
23	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	218.000,00								218.000,00		
24	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	119.000,00								119.000,00		
25	4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatada	50.000,00								50.000,00		
	02.03 - Procuradoria Jurídica	**718.200,00**		**29.905,44**	**168.771,71**	**29.905,44**	**168.771,71**	**29.905,44**	**168.771,71**	**549.428,29**		
	02.03.01 - Procuradoria Jurídica	**718.200,00**		**29.905,44**	**168.771,71**	**29.905,44**	**168.771,71**	**29.905,44**	**168.771,71**	**549.428,29**		
	01.031.0088.2085 - Procuradoria Jurídica	**718.200,00**		**29.905,44**	**168.771,71**	**29.905,44**	**168.771,71**	**29.905,44**	**168.771,71**	**549.428,29**		
	01 - Tesouro	718.200,00		29.905,44	168.771,71	29.905,44	168.771,71	29.905,44	168.771,71	549.428,29		
26	3.1.90.05.00 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	3.000,00		89,82	389,22	89,82	389,22	89,82	389,22	2.610,78		
27	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	540.000,00		29.565,32	143.791,71	29.565,32	143.791,71	29.565,32	143.791,71	396.208,29		
28	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	160.000,00			24.053,76		24.053,76		24.053,76	135.946,24		
29	3.3.90.14.00 - Diárias - Pessoal Civil	4.000,00			239,52		239,52		239,52	3.760,48		
30	3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudante	2.000,00		250,30	250,30	250,30	250,30	250,30	250,30	1.749,70		
31	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	1.600,00								1.600,00		

CIC

NASCIMENTO 06.07.42

INSCRIÇÃO NO CPF 552 615 668 00

CONTRIBUINTE

JOSE ANTONIO DE CAMARGO

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO - DIPIS

CÓDIGO 10558402396

NOME DO EMPREGADO (PARTICIPANTE DO FUNDO)

JOSE ANTONIO DE CAMARGO

DATA DE NASCIMENTO 06 /07 /42

SEXO — MASCULINO X 1 — FEMININO 2

DOMICÍLIO BANCÁRIO

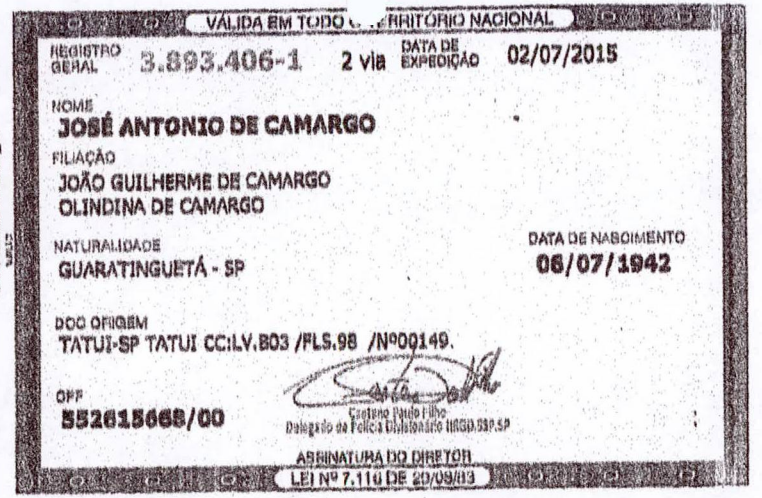
NOME DO BANCO: NAC.DO COM.DE SÃO PAULO S/A

CÓDIGO BANCO/AGÊNCIA: 418 /003

ATENÇÃO
ENDEREÇO DO DOMICÍLIO BANCÁRIO NO VERSO

ATENÇÃO
Só é válido com carimbo padronizado do CGC ou o CPF do empregador no verso, e com apresentação de um documento oficial de identificação.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO
8310-5
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT
POLEGAR DIREITO
MAIOR DE 65 ANOS
5773416C
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL 3.893.406-1 2 via
DATA DE EXPEDIÇÃO 02/07/2015
NOME
JOSÉ ANTONIO DE CAMARGO
FILIAÇÃO
JOÃO GUILHERME DE CAMARGO
OLINDINA DE CAMARGO
NATURALIDADE
GUARATINGUETÁ - SP
DATA DE NASCIMENTO
06/07/1942
DOC ORIGEM
TATUI-SP TATUI CC:LV.B03 /FLS.98 /Nº00149.
CPF
552615668/00
Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Diretor do IIRGD-SSP-SP
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Banco PAN | 623-8 | 62390.00117 01000.090009 01532.555131 8 00000000000000

Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA E LOTÉRICAS					Vencimento 07/03/2019
Beneficiário / CNPJ / CPF BANCO PAN S/A CNPJ: 59.285.411/0001-13 - AV. PAULISTA, 1374 - 16 ANDAR - BELA VISTA - SAO PAULO - SP CEP 01310-100					Agência / Cód. Beneficiário 0001/590482-1
Data Documento 18/02/2019	Número Documento 1000321626362390		Espécie Doc.	Aceite N	Data Processamento 18/02/2019	Nosso Número 00000000001-5
Uso Banco	Carteira 101	Espécie Moeda REAIS	Quantidade de Moeda		Valor 1018,22	(=) Valor do Documento 1.018,22

Instruções (Texto de responsabilidade do Beneficiário):
Para pagar, preencha no campo **"Valor Cobrado"** o valor desejado entre **"Pagamento Mínimo"** e **"Total desta Fatura"** ou se desejar parcelar esta fatura, preencha no campo **"Valor Cobrado"** o valor exato informado no campo **"Parcelamento Fatura"**. Após 07/03/2019, o pagamento é possível em toda a rede bancária. Em caso de atraso, consulte na Central o valor atualizado do saldo devedor para o dia do pagamento. Caso não efetue o pagamento considerando o saldo devedor atualizado, os encargos decorrentes serão incluídos na próxima fatura. Substitua a data do campo **"Data de Vencimento"**, pela data que efetuar o pagamento.

(-) Desconto
(-) Outras Deduções / Abatimento
(+) Mora / Multa
(=) Valor Cobrado 1018,22

Pagador / CPF / CNPJ
JOSE ANTONIO DE CAMARGO - CPF: 552.615.668-00
R FRANCISCO BARRETO LEME, 1060 - VILA SAO GERALDO - 12062-000 - TAUBATE - SP

Sacador/Avalista CPF / CNPJ

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

TERMO DE VISTORIA
Processo nº 24/2019

Esclareço que se trata de processo de iniciativa do Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé-SP, versando sobre "Serviço de Engenharia para elaboração de documentação (projeto base) e acompanhamento de obra", e contratação por dispensa de licitação.

Como é cediço o **princípio da licitação é de matriz constitucional** (artigo 37, XXI, da Constituição Federal), conforme demonstra o texto abaixo:

Assim, constata-se que via de regra temos que realizar o **regular certame licitatório**, de modo a assegurar, de um lado, a **isonomia** entre aqueles que desejem contratar com o Estado ou entes de sua administração indireta, e, de outro, a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração Pública.

Sem prejuízo desta disposição, o próprio preceito constitucional reconhece, admite hipóteses em que o procedimento licitatório será **dispensável ou mesmo de realização impossível**. Tais hipóteses devem estar previstas em **lei nacional**, uma vez que, por força do **artigo 22, XXVII, da Constituição Federal**, **compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas direta e indireta de todos os entes da Federação**.

Nesse toar a Lei n°. 8.666 de 1993 traz em seu bojo (artigos 17, 24 e 25), as hipóteses em que a administração **poderá abrir mão do certame licitatório**.

Destarte, aplicando o quanto contido nos artigos 24, II c/c 23, II, "a", da Lei 8.666/1993, verifica-se que a Administração Pública poderá dispensar a licitação quando o valor for igual ou inferior a R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) - Decreto 9.412, de 18 de junho de 2018.

No caso em tela, constata-se que o valor apresentado, encontra-se dentro deste patamar, e é importante frisar a ampla pesquisa efetuada pelo Setor de Compras e Licitações, documentos de fls., a qual justifica a escolha do prestador de serviço, conforme impõe o artigo 26, parágrafo único da Lei nº. 8.666/1993.

Igualmente, o documento de fls., de lavra do Sr. João Bosco Monteiro, declara que existe dotação orçamentária e numerário para a contratação.

Atente-se o Chefe de Setor de Compras e Licitações, para o efetivo controle de compras/serviços, a fim de se evitar o "ilegal fracionamento", principalmente por estarmos próximo ao limite máximo para dispensa.

CONCLUSÃO:

No presente caso, entendo ser uma opção da autoridade, adotar o instituto da Dispensa pelo pequeno valor ou a Inexigibilidade pela inviabilidade de competição.

Consoante determinação da Lei Federal nº 8.666/93, artigo 38, parágrafo único[1], com redação modificada pela Lei Federal nº 8.883/1994, **declaro que analisei os presentes autos, e nada identifiquei que contrarie aos regramentos jurídicos da matéria**.

É o parecer, s.m.j.

Tremembé, 25 de abril de 2019.

Robson Cardoso
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 180.244

[1] Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993
Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:
Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ E, DE OUTRO LADO, O ENGENHEIRO JOSÉ ANTONIO DE CAMARGO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL nº 8.666/93 E CONDIÇÕES A SEGUIR,

1. DAS PARTES

Constituinte:
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, inscrita no CNPJ sob nº 51.639.391/0001-20, com endereço sito à RUA SENHOR BOM JESUS 145, CENTRO, TREMEMBE - SP, neste ato representada pelo seu Presidente, Vereador Vagner Leandro de Lima, portador da cédula de identidade nº 23.899.245-7 e inscrito no CPF sob o nº 121.963.308-92;

Constituído:
José Antonio de Camargo, inscrito no CPF sob nº 552.615.668-00, com endereço sito à Av. Francisco Barreto Leme, 1080, Vila São Geraldo, Taubaté / SP, portador da cédula de identidade nº RG 3.893.406-1, CREA nº 0600745097.

2. DO OBJETO DO CONTRATO – OBRIGAÇÕES DO CONSTITUÍDO:

Etapas:

2.1. Elaboração detalhada de croquis, plantas, memoriais descritivos, tabela detalhada e serviços e quantitativos e preços unitários e global, nos termos legais, como base para abertura de processo licitatório;
2.2. Auxílio à elaboração do Edital, abertura do Processo Licitatório e acompanhamento da execução dos serviços constantes do Edital da Carta Convite e Processo Administrativo a serem realizados, para verificar a sua qualidade e técnica, conforme as normas e padrões vigentes;
2.3. Elaboração de documento técnico responsável após o término dos serviços, como embasamento para a Câmara dar a obra como recebida, ao final e medições intermediárias, no decorrer da realização dos serviços.

3. DOS HONORÁRIOS

3.1. A Constituinte se compromete a pagar ao Constituído, a título de honorários, a importância de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) brutos, através de RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo, nas condições seguir:
- R$ 6.500,00 após a entrega dos documentos previstos no item 2.1,
- R$ 6.500,00 após o início das obras,
- R$ 6.500,00 após a entrega do Termo de recebimento dos serviços e obras, item 2.3.

4. VIGENCIA DO CONTRATO E PRAZOS

4.1. O Prazo para execução dos trabalhos se inicia com a sua assinatura e se encerra em 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser aditado se necessário, até dar a obra como recebida.

5. DOS RECURSOS

As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária vigente no presente exercício, classificada sob a rubrica:

02 – PODER LEGISLATIVO;
02.01- Gabinete da Presidência;
02.01.01 – Gabinete da Presidência;
01.031.0086.2083 – Manutenção das atividades do Gabinete da Presidência;
3.3.90.36.00 – Outros serviços de terceiros Pessoa Física;
3.3.90.36.06 – Serviços técnicos profissionais

6. DAS PENALIDADES

A não observância pelo CONTRATADO ou o descumprimento de qualquer cláusula deste contrato administrativo, ou da proposta apresentada no respectivo certame, implicará em:

I- Advertência;

II- Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor global estimado do contrato;

III- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATADA, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inc. III do art. 87 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A multa prevista poderá ser descontada do pagamento devido à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATADO estará, ainda, sujeita às penalidades previstas nos artigos 81 a 88 da Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações.

7. FORO

7.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Tremembé/SP, como competente para em qualquer hipótese, resolver litígios que se originem do presente contrato.

E por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Tremembé, 2 de MAIO de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
VAGNER LEANDRO DE LIMA
Presidente

José Antonio de Camargo
RG 3.893.406-1

Testemunhas:

Luiz Eduardo Alvarenga
RG 38.616.236-0

Maria Cristina Confalone
RG 10215981

EXTRATO DE CONTRATO

Contratação por dispensa de Licitação

Processo administrativo nº 024/2019

CONTRATADO: José Antonio de Camargo - CREA nº 0600745097.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

OBJETO – SERVIÇO DE ENGENHARIA – Elaboração de memorial descritivo, croquis, tabela de preços, para realização de processo licitatório para realização de melhorias no prédio, acompanhamento da obra, realização de medições e atestado técnico de recepção da obra, para a Câmara dar a obra como recebida ao final.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

02 – PODER LEGISLATIVO;
02.01- Gabinete da Presidência;
02.01.01 – Gabinete da Presidência;
01.031.0086.2083 – Manutenção das atividades do Gabinete da Presidência;
3.3.90.36.00 – Outros serviços de terceiros Pessoa Física;
3.3.90.36.06 – Serviços técnicos profissionais

VALOR: R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), a serem pagos em três parcelas no decorrer dos trabalhos.

Vigência: 6 meses a contar de 2 de maio de 2019.

Tremembé, 3 de maio de 2019

VAGNER LEANDRO DE LIMA
Presidente

PODER LEGISLATIVO DE TREMEMBÉ

Licitações e Contratos | Extrato

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

EXTRATO DE CONTRATO

Contratação por dispensa de Licitação

Processo administrativo nº 024/2019

CONTRATADO: José Antonio de Camargo - CREA nº 0600745097.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

OBJETO – SERVIÇO DE ENGENHARIA – Elaboração de memorial descritivo, croquis, tabela de preços, para realização de processo licitatório para realização de melhorias no prédio, acompanhamento da obra, realização de medições e atestado técnico de recepção da obra, para a Câmara dar a obra como recebida ao final.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

02 – PODER LEGISLATIVO;
02.01- Gabinete da Presidência;
02.01.01 – Gabinete da Presidência;
01.031.0086.2083 – Manutenção das atividades do Gabinete da Presidência;
3.3.90.36.00 – Outros serviços de terceiros Pessoa Física;
3.3.90.36.06 – Serviços técnicos profissionais

VALOR: R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), a serem pagos em três parcelas no decorrer dos trabalhos.

Vigência: 6 meses a contar de 2 de maio de 2019.

Tremembé, 3 de maio de 2019

VAGNER LEANDRO DE LIMA
Presidente

RP. RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOI

DADOS DO EMITENTE

Nome ou Razão Social: Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé — *1ª Via*

Matrícula (CNPJ/INSS): 51.639.391/0001-20 — **Recibo Nº 01 - Mês/Ano:** 06/2019

Endereço: Rua Bom Jesus, 145 - Centro - Tremembé/SP

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome: José Antonio de Camargo

CPF: 552.615.668-00 — **Nº do RG:** 3.893.406-1

PIS/INSS: 10.558.402.396

Endereço: Av. Francisco Barreto Leme, 1060 - Jardim dos Estados - Taubaté/SP

BASE DE CÁLCULO

Valor dos Serviços Prestados.....	R$	6.500,00
Valor dos Serviços Prestados.....	R$	-
Valor dos Serviços Prestados.....	R$	-
Soma.....	**R$**	**6.500,00**

CÁLCULO DO ISS

Base de Cálculo.....	R$	6.500,00
Alíquota.....	%	3,00
Valor a Recolher.....	R$	195,00

CÁLCULO DO INSS:

Base de Cálculo.....	R$	5.839,45
Alíquota.....	%	11,00
Valor a Recolher.....	R$	642,33

CALCULO DO IRPF

Base de Calculo.....	R$	5.857,67
Alíquota.....	%	27,50%
Dedução.....	R$	869,36
Valor a Recolher.....		741,50

DESCONTOS

Base de Cálculo.....	R$	6.500,00
IRPF Retido.....	R$	741,50
ISS Retido.....	R$	195,00
INSS Retido.....	R$	642,33
Valor Líquido a Receber	**R$**	**4.921,17**

SERVIÇO PRESTADO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONFORME CONTRATO FIRMADO EM 02/05/2019.

Recebi do ente acima identificado pela prestação dos serviços a importância de: quatro mil, novecentos e vinte e um reais e dezessete centa **R$ 4.921,17**

Local: Tremembé — Data: 17/06/2019

Assinatura:

Atesto a execução do(s) serviço(s)
constante(s) da Nota Fiscal nº
e a Regularidade Fiscal do Prestador.
17 / 06 / 19

Recebi em 19/06/19
José Aparecido
Identidade: 3823406-1
Chapa: 85250

RF[illegible]- RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNO[illegible]
DADOS DO EMITENTE

Nome ou Razão Social: Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé — *1ª Via*

Matrícula (CNPJ/INSS): 51.639.391/0001-20 — **Recibo Nº 02 - Mêss/Ano** 07/2019

Endereço: Rua Bom Jesus, 145 - Centro - Tremembé/SP

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome: José Antonio de Camargo

CPF: 552.615.668-00 — **Nº do RG:** 3.893.406-1

PIS/INSS: 10.558.402.396

Endereço: Av. Francisco Barreto Leme, 1060 - Jardim dos Estados - Taubaté/SP

BASE DE CÁLCULO

Valor dos Serviços Prestados.....	R$	6.500,00
Valor dos Serviços Prestados.....	R$	-
Valor dos Serviços Prestados.....	R$	-
Soma.....	**R$**	**6.500,00**

CÁLCULO DO ISS

Base de Cálculo.....	R$	6.500,00
Alíquota.....	%	3,00
Valor a Recolher.....	R$	195,00

CÁLCULO DO INSS:

Base de Cálculo.....	R$	5.839,45
Alíquota.....	%	11,00
Valor a Recolher.....	R$	642,33

CALCULO DO IRPF

Base de Calculo.....	R$	5.857,67
Alíquota.....	%	27,50%
Dedução.....	R$	869,36
Valor a Recolher.....		741,50

DESCONTOS

Base de Cálculo.....	R$	6.500,00
IRPF Retido.....	R$	741,50
ISS Retido.....	R$	195,00
INSS Retido.....	R$	642,33
Valor Líquido a Receber	**R$**	**4.921,17**

SERVIÇO PRESTADO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONFORME CONTRATO FIRMADO EM 02/05/2019.

Recebi do ente acima identificado pela prestação dos serviços a importância de: quatro mil, novecentos e vinte e um reais e dezessete centavos **R$ 4.921,17**

Local: Tremembé — Data: 15/07/2019

Assinatura:

Atesto a execução do(s) serviço(s)
constante(s) da Nota [illegible]
e a Regularidade Fiscal [illegible] fornecedor.
17 / 07 / 19

P. 24/19

Recebi em 17/07/19
JOSÉ A. CINTRA
Nome
Documento: 389.406-1
Cheque: 852571

Recebi em ___/___/___
Nome
Documento:
Cheque:

J. A. CAMARGO – Consultoria de Obras e Infraestrutura Urbana

JOSÉ ANTONIO DE CAMARGO – Eng. Civil – CREA 0600745097

Relatórios – Gerenciamento de Obras – Avaliações – Pareceres – Convênios – Perícia Técnica

Av. Francisco B. Lima, 1068 – Jardim dos Estados – Taubaté – Fone 99704-8140 – e-mail: josecamargo1942@gmail.com

Taubaté, 29 de agosto de 2019.

À

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé

A/C

Senhor Vereador Vagner Leandro Lima

DD. Presidente da Câmara Municipal de Tremembé

Senhor,

Nossa consultoria foi contratada em **02 de maio p.p.** para elaboração da documentação técnica e legal para subsidiar Processo Licitatório, Modalidade Carta Convite destinada à contratação de empresa de serviços de construção civil, destinada a promover diversos trabalhos de manutenção geral do centenário prédio desta Câmara Municipal.

Os serviços técnico-burocráticos, como elaboração de Planilhas de Quantidades e Preços – Memoriais Descritivos – Especificações de Materiais – Cronograma Físico-Financeiro – Planta Baixa com indicação dos locais e serviços que neles seriam realizados e demais documentos necessários a atender as exigências da Lei Federal 8666/93 foram executados em nosso escritório localizado à Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 751 em Taubaté.

Os serviços de fiscalização e acompanhamento, obviamente, estão sendo prestados no prédio, em tempo integral, incluindo sábados, domingos e feriados, durante todo o tempo em que a empresa contratada executa os serviços.

As condições de pagamentos foram estipuladas no instrumento contratual da seguinte forma:

> 3. DOS HONORARIOS
> 3.1 - A Constituinte se compromete a pagar ao Constituído, a título de honorários, a importância de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) brutos, através de RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo, nas condições seguintes:
> - R$ 6.500,00 após a entrega dos documentos previsto no item 2.1, *(Proposta)*
> - R$ 6.500,00 após o início das obras,
> - R$ 6.500,00 após a entrega do Termo de Recebimento dos serviços e obras, item 2.3. *(Proposta)*

O item 2.1 foi integralmente cumprido em 30/05/2019 e o pagamento ocorreu em 17/06/2019.

O inicio do processo licitatório para contratação das obras e serviços correspondentes a documentação produzida por nossa consultoria foi marcado para o dia 19/06/2019, e, apesar de toda divulgação dada ao certame, apenas uma empresa acorreu ao chamamento o que obrigou a CPL interromper o processo e repetição do mesmo por se tratar de modalidade Carta Convite que a lei recomenda a participação de, no mínimo, três empresas participantes.

Esse fato causou atraso de 15 dias no início das obras, e tambem, no prazo de termino das mesmas. A empresa vencedora da licitação iniciou a execução do contrato em 17/7/2019 com duração prevista até 14/10/2019.

Nosso segundo pagamento ocorreu em 17/07/2019 conforme estipulado no item 2.2 do termo contratual.

Nos termos do avençado nosso próximo e final pagamento deverá ocorrer após a entrega pela construtora dos serviços realizados e receber o Termo de Recebimento.

Acontece que alem do atraso de quinze dias no início das obras e serviços citado acima, com a adequação e modernização dos sistemas de utilidades do prédio como rede elétrica, novo sistema de telefonia e recepção de dados (internet), o Termo de Recebimento ficará adiado até que a concessionária de telefonia e a provedora de internet façam suas melhorias nos sistemas hoje providos.

Enquanto tais serviços não sejam disponibilizados a construtora e nossa consultoria não pode encerrar os contratos, consequentemente, receber a parcela final dos contratos.

Diante desse fato, solicitamos a Vossa Senhoria que autorize o pagamento correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da ultima parcela a que temos direito e os restantes 25% (vinte e cinco por cento) só ocorram com a implantação dos novos sistemas de telefonia e internet ainda sem data determinada a acontecer.

Nosso pleito esta assentado no artigo 65 da Lei de Licitações e Contratos que pontua:

Da Alteração dos Contratos

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

J. A. CAMARGO – Consultoria de Obras e Infraestrutura Urbana

JOSÉ ANTONIO DE CAMARGO – Eng. Civil – CREA 0600745097

Relatórios – Gerenciamento de Obras – Avaliações – Pareceres – Convênios – Perícia Técnica

Av. Francisco B. Lemes, 1060 – Jardim dos Estados – Taubaté – Fone 99704-0130 – e-mail: jacamargo1942@gmail.com

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. *(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)*

Quanto à determinação do item "c" "...sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;" ressaltamos que estamos – nesta data – completando 43 dias de prestação de serviços ininterruptos após recebimento da segunda parcela correspondente aos serviços prestados.

Nada mais havendo a ponderar, reafirmamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

José Antonio de Camargo
Eng. Civil Contratado

Presidência

Processo nº 24/2019

Assunto: **Antecipação de Pagamento**

Despacho:

Trata-se de pedido de antecipação de valores efetuado pelo engenheiro contratado.

Nos termos do art. 65, "c" da Lei 8666./93 e do Parecer 2472/2019 do Ibam, os quais utilizo como fundamento de fato e de direito, INDEFIRO o presente pedido.

Tremembé, 24 de janeiro de 2019.

Vagner Leandro de Lima
Presidente

PARECER

Nº 2472/2019[1]

- CC – Convênios / Contratos. Antecipação de pagamento. Regras a respeito.

CONSULTA:

Consulta uma Câmara sobre o pedido de um contratado para alterar cláusula da avença. Pergunta se é possível a modificação solicitada e quais as atribuições, a respeito, da Procuradoria e da Comissão de Licitação, indagando ainda sobre a autoridade competente para autorizar ou negar o requerido.

RESPOSTA:

Trata-se de contrato com um engenheiro para elaborar os termos do edital de licitação visando a contratação de empresa para realizar obras de manutenção do prédio que abriga o Legislativo. O contrato inclui também o acompanhamento dos serviços até a entrega final dos serviços e sua aceitação.

Alega o engenheiro contratado que houve um atraso de quinze dias no início das obras, visto que apenas um interessado atendeu à carta-convite, o que levou a Administração a repetir o procedimento. Com isso, o Termo de Recebimento ficará adiado e dependente de as empresas de telefonia e a provedora de internet implantarem os serviços devidos. Desse modo, pede um adiantamento de 75% do valor da última parcela de seus honorários, ficando os restantes 25% para serem pagos contra a entrega do mencionado Termo de Recebimento.

Diz a Lei nº 8.666/93:

[1]PARECER SOLICITADO POR ROBSON CARDOSO,PROCURADOR - CÂMARA MUNICIPAL (TREMEMBÉ-SP)

Art. 65 - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, **vedada a antecipação do pagamento**, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

Decidiu o TCU:

"(...) a entrega antecipada de recursos públicos para o ente privado quando não é prévia e objetivamente justificada, fere o caráter sinalagmático do contrato, segundo o qual a prestação a cargo de uma parte corresponde a uma prestação de teor econômico equivalente devida pela outra parte". (Ac. 3.858/2009, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa).

No mesmo sentido: Ac. 3.460/2006, 1ª. Câmara, rel. Min. Augusto Nardes; Ac. 297/2001, Plenário, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti).

Mais recentemente:

"É vedado o pagamento sem a prévia liquidação da despesa, salvo para situações excepcionais devidamente justificadas e com as garantias indispensáveis (arts. 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei 4.320/64; arts. 38 e 43 do Decreto 93.872/86". (TCU, Acórdão 158/2015 – Plenário).

Não obstante o texto legal, em algumas situações excepcionais o TCU tem admitido o pagamento antecipado, como na hipótese de o procedimento resultar em desconto do preço final para a contratante, em compasso, aliás, com o que dispõe a alínea 'd', do inc. XIV, do art. 40, da Lei 8.666/93 (ver TCU, Acórdão 948/07 – Plenário).

Em outra assentada:

> "O pagamento antecipado, parcial ou total, pode ser admitido em situações excepcionais, desde que haja previsão no ato convocatório e devidamente justificadas pela Administração, tendo sempre em consideração as peculiaridades de cada caso e as indispensáveis garantias. Somente em situações restritíssimas pode ser justificado o pagamento antecipado, tal como ocorre em contratos padronizados pelo mercado para todo e qualquer interessado, como no caso de assinatura de veículos de comunicação. Não é o que se verifica em contratos de empreitada, em que os pagamentos devem corresponder a parcelas das obras já executadas e não por executar. Não está autorizado o Poder Público a incluir cláusulas contratuais em sentido contrário, porquanto em desacordo com o Direito Financeiro vigente. No sentir do Ministério Público, tais pagamentos constituem irregularidades graves a ensejar a aplicação ao responsável da multa prevista no artigo 58, inciso II, da Lei 8.443/92". (Acórdão 152/98 – Segunda Câmara).

A Advocacia Geral da União manifestou-se a respeito do pagamento antecipado, nos seguintes termos: "A antecipação de pagamento somente deve ser admitida em situações excepcionais, devidamente justificada pela Administração, demonstrando-se a existência de interesse público, observados os seguintes critérios: 1) represente condição sem a qual não seja possível obter o bem ou assegurar a prestação do serviço, ou propicie sensível economia de recursos; 2) existência de previsão no edital de licitação ou nos instrumentos formais de contratação direta; e 3) adoção de indispensáveis garantias, como as do art. 56 da lei nº 8.666/93, ou cautelas, como por exemplo a previsão de

devolução do valor antecipado caso não executado o objeto, a comprovação de execução de parte ou etapa do objeto e a emissão de título de crédito pelo contratado, entre outras." (In http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/418800).

Em suma, a antecipação de pagamento, no âmbito dos contratos administrativos, como regra, não é permitida. Contudo, em determinadas situações excepcionais, sempre com vistas à satisfação do interesse público, a doutrina e a jurisprudência convergem no sentido de se admitir a antecipação de pagamento, nas condições assinaladas. (Ver, a respeito, o texto de Larissa Panko na página eletrônica https://www.sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=12014&n=contratos%20-administrativos%20-e%20-a%20-antecipa%C3%A7%C3%A3o%20-de%20-pagamento).

No caso, a antecipação de recursos encontra sérios óbices e não cabe sua realização nos termos apresentados, em princípio. O atraso de 15 dias para o contrato iniciar é fenômeno perfeitamente admissível e não justifica antecipações de pagamentos. Ademais, tal como aponta o engenheiro requerente, o término das obras está previsto para ocorrer em 14 de outubro próximo e qualquer adiantamento de honorários fere frontalmente o que determina o art. 65, II, c), da Lei nº 8.666/93.

Cabe à Procuradoria e à Comissão de Licitação se pronunciarem sobre a matéria e ao Presidente da Câmara decidir sobre o requerimento.

É o parecer, s.m.j.

Affonso de Aragão Peixoto Fortuna
Consultor Técnico

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2019.

PARA CONFIRMAR A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO ENTRE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO http://lam.ibam.org.br/confirma.asp E UTILIZE O CÓDIGO hhd9jfhfhf

Recebi em 23/10/19

JOSÉ INÁCIO CATANIO

Nome

Documento: 55.615.644-00

Cheque: 852539

RPA – RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO

DADOS DO EMITENTE

Nome ou Razão Social: Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé — *1ª Via*

Matrícula (CNPJ/INSS): 51.639.391/0001-20 — Recibo Nº 03 - Mês/Ano: 10/2019

Endereço: Rua Bom Jesus, 145 - Centro - Tremembé/SP

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome: José Antonio de Camargo

CPF: 552.615.668-00 — Nº do RG: 3.893.406-1

PIS/INSS: 10.558.402.396

Endereço: Av. Francisco Barreto Leme, 1060 - Jardim dos Estados - Taubaté/SP

BASE DE CÁLCULO

Valor dos Serviços Prestados.....	R$	6.500,00
Valor dos Serviços Prestados.....	R$	-
Valor dos Serviços Prestados.....	R$	-
Soma.....	**R$**	**6.500,00**

CÁLCULO DO ISS

Base de Cálculo.....	R$	6.500,00
Alíquota.....	%	3,00
Valor a Recolher.....	R$	195,00

CÁLCULO DO INSS:

Base de Cálculo.....	R$	5.839,45
Alíquota.....	%	11,00
Valor a Recolher.....	R$	642,33

CALCULO DO IRPF

Base de Calculo.....	R$	5.857,67
Alíquota.....	%	27,50%
Dedução.....	R$	869,36
Valor a Recolher.....		741,50

DESCONTOS

Base de Cálculo.....	R$	6.500,00
IRPF Retido.....	R$	741,50
ISS Retido.....	R$	195,00
INSS Retido.....	R$	642,33
Valor Líquido a Receber	**R$**	**4.921,17**

SERVIÇO PRESTADO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PROFISSIONAL DE ATIVIDADE REGULAMENTADA

Recebi do ente acima identificado pela prestação dos serviços a importância de: quatro mil, novecentos e vinte e um reais e dezesete centavos **R$ 4.921,17**

Local: Tremembé — Data: 22/10/2019

Assinatura:

Recebi em 23/10/19

JOSÉ INÁCIO

Nome

Documento: 552.615.666-00

Cheque: 852539

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

AUDESP
DIVISÃO DE AUDITORIA ELETRÔNICA DE SÃO PAULO

Selecionar Perfil: Audesp 4 - Consulta ▼ OK

MENU

Ajuste

Município: **Tremembé**
Entidade: **CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ**

Modalidade: **Contratacao Direta - Dispensa de licitacao**
Código Licitação: **2019000000004** Nº Licitação: Ano Licitação:
Valor estimado da licitação - R$: **20.000,00**
Nº Processo Administrativo: **24-2019** Ano Processo Administrativo: **2019**

Detalhes da Licitação | Voltar

Dados iniciais | Identificação do Ajuste | Financeiro | Exigências e Cláusulas | Gestor e Vigência do contrato | Publicações | Conclusão

Responsável pelo Ajuste - parte Contratante

CPF:* Nome:*

E-mail profissional: E-mail pessoal:

Assinou o contrato ? [Selecione] ▼

CPF	Nome	E-mail profissional	E-mail pessoal	Assinou o contrato
121.963.308-92	VAGNER LEANDRO DE LIMA	presidencia@tremembe.sp.leg.br	presidencia@tremembe.sp.leg.br	Sim

Responsável pelo Ajuste - parte Contratado

CPF:* Nome:*

E-mail profissional: E-mail pessoal:

Assinou o contrato ? [Selecione]

CPF	Nome	E-mail profissional	E-mail pessoal	Assinou o contrato
552.615.668-00	JOSE ANTONIO DE CAMARGO	josecamargo1942@gmail.com	josecamargo1942@gmail.com	Sim

Termos Aditivos do Ajuste

Código do Termo Aditivo	Nº do Termo Aditivo	Ano do Termo Aditivo			

Exigências de Obras

Exigência de Obra			
Exigência de Obra			

Execuções do Ajuste

Execuções do Ajuste

Situação do Ajuste	Inexecução do Contrato	Número da Medição	Houve Liquidação			
Em execucao	Não	1	Sim		☐	
Em execucao	Não	2	Sim		☐	
Encerrado - Cumprimento Integral	Não	3	Sim		☐	

Empenhos/Documento Similar do Ajuste

Nº da Nota de Empenho/Documento Similar	Data de Emissão da Nota de Empenho/Documento Similar	Valor da Nota de Empenho/Documento Similar	Fls.
199	02/05/2019	19.500,00	NAO SE APLICA

Documento Fiscal

Nº Medição	Nº do Documento Fiscal	Origem do Documento Fiscal - Estado	Valor do Documento Fiscal	Data do Documento Fiscal	
1	1	São Paulo	6.500,00	17/06/2019	
2	2	São Paulo	6.500,00	15/07/2019	
3	3	São Paulo	6.500,00	22/10/2019	

Pagamentos

Nº Medição	Nº da Nota Fiscal	Pagamento Efetuado	Data do Pagamento	Encargos Recolhidos
1	1 - 17/06/2019 - São Paulo	6.500,00	19/06/2019	Sim
2	2 - 15/07/2019 - São Paulo	6.500,00	17/07/2019	Sim
3	3 - 22/10/2019 - São Paulo	6.500,00	23/10/2019	Sim